



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
Acesse em: <https://e1cepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3fca1746-5db2-48e2-816b-edd8c32b6e4d

Notas Explicativas

Prestação de Contas -
2020

ELABORADO POR:

Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF)

SUMÁRIO



Document assinado digitalmente por DIRCOSU ROZOLFO DE MELLO JUNIOR CANDIDE RIGARDO ATTÍA DE BARROS ESTIVAG
Acesse em: <https://e-icepe.org.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3fca1746-5db2-48e2-816b-e0dd8c32b6ca4

1- Informações Gerais	
2 - Resumo das Políticas Contábeis Significativas	
3 - Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis	
3.1 – Balanço Orçamentário	
3.1.1 - Previsão Inicial	
3.1.2 - Previsão Atualizada	
3.1.3 - Receita Realizada	
3.1.4 - Dotação Inicial	
3.1.5 - Dotação Atualizada	
3.1.6 - Despesa Empenhada	
3.1.7 - Despesa Liquidada	
3.1.8 - Despesa Paga	
3.2 – Balanço Financeiro	
3.2.1 - Receita Orçamentária	
3.2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	
3.2.3 - Recebimentos Extraorçamentários	
3.2.4 - Despesa Orçamentária	
3.2.5 - Transferências Financeiras Concedidas	
3.2.6 - Pagamentos Extraorçamentários	
3.3 - Balanço Patrimonial	16
3.3.1 - Ativo Circulante	17
3.3.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17
3.3.1.2 - Créditos a Curto Prazo	17
3.3.1.3 - Estoques	19
3.3.1.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	19
3.3.2 - Ativo Não Circulante	20
3.3.2.1 - Investimentos	20
3.3.2.2 - Imobilizado	20
3.3.2.3 - Intangível	21
3.3.3 - Passivo Circulante	22



3.3.3.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	
3.3.3.2 - Fornecedores	
3.3.3.3 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	
3.3.3.4 - Provisões a Curto Prazo	
3.3.3.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo	
3.3.4 - Passivo Não Circulante	
3.3.4.1 - Provisões a Longo Prazo	
3.3.5 - Patrimônio Líquido	
3.3.6 - Atos Potenciais	
3.3.7 - Superávit Financeiro	
3.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais	
3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa	
3.4.1.1 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	
3.4.1.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	
3.4.1.3 - Transferências e Delegações Recebidas	
3.4.1.4 - Ganhos com Ativos	
3.4.1.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	
3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva	
3.4.2.1 - Pessoal e Encargos	29
3.4.2.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29
3.4.2.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30
3.4.2.4 - Transferências e Delegações Concedidas	30
3.4.2.5 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	31
3.4.2.6 - Tributárias	31
3.4.2.7 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32
3.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	32
3.5.1 - Fluxo de Caixa Operacional	32
3.5.2 - Fluxo de Caixa de Investimento	33
3.5.3 - Fluxo de Caixa de Financiamento	33
4.0 Encerramento	34

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020
RESOLUÇÃO TC nº 109, DE 09/12/2020 – ANEXO VIII - ITEM 16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Documento Assinado Digitalmente por: DARCIO RODRIGUES DE MENEZES JUNIOR, ANDRE RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
Acesse em: <https://e-icepe.tc.br/epp/vantagem>
Data: 2020.12.09 10:54:00
ID do documento: 51c1746-5db2-48e2-816b-edd8c320ca1a

1- Informações Gerais

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, órgão de controle externo, integrante da Administração Pública do Estado de Pernambuco, com autonomia administrativo-financeira assegurada pela Constituição Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.435.633/0001-49, com sede localizada na Rua da Aurora, nº 885, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.050-910 exerce o controle externo da Administração Pública, auxiliando os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, e tem como funções: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipais.

2 - Resumo das Políticas Contábeis Significativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Os Balanços Orçamentário, Financeiro Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixas foram elaborados em novos modelos, com base nas orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis IPC, publicadas pela STN.

As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações de caráter técnico e orientador, com o objetivo de dar o suporte aos profissionais de contabilidade a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento à Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª Edição).

As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes nas contas Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.



As receitas orçamentárias são reconhecidas quando arrecadadas, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 8ª Edição), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As receitas previstas e as despesas fixadas representam o orçamento inicial e estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual.

As receitas realizadas compreendem as receitas patrimoniais decorrentes de aplicações financeiras e outras receitas correntes, entre elas as advindas de multas administrativas ocorridas no exercício. Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário ora publicado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo.

As despesas realizadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários, compreendendo aquelas empenhadas, liquidadas e pagas, por categoria econômica.

O Balanço Orçamentário do TCE-PE é parte integrante da consolidação geral realizada pelo Estado aliada ao fato de que a grande relevância da execução orçamentária é operacionalizada através de repasses ocorridos pelo governo, acarretando desequilíbrio e déficit orçamentário no demonstrativo obtido no sistema e-Fisco. Segundo o MCASP (8ª Edição), os Balanços Orçamentários não consolidados (órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos, realização de investimentos. Neste sentido, para permitir uma visualização adequada das previsões dotações orçamentárias iniciais e suas respectivas atualizações, apresentamos a análise do Balanço Orçamentário ajustado que se encontra em anexo a presente prestação de contas.

3.1.1 - Previsão Inicial

Segundo o MCASP (8ª Edição), a Previsão Inicial demonstra os valores das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da previsão inicial da receita orçamentária.

Previsão Inicial	01/01/2020	01/01/2019	AH (%)
Receitas Correntes	7.827.100,00	11.685.200,00	-33,02%
Receita Patrimonial	5.820.100,00	10.569.000,00	-44,93%
Receita de Serviços	22.400,00	-	-
Outras Receitas Correntes	1.984.600,00	1.116.200,00	77,80%
Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL	7.827.100,00	11.685.200,00	-33,02%
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.2 - Previsão Atualizada

Segundo o MCASP (8ª Edição), a Previsão Atualizada demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita. A reestimativa da receita (R\$ 2.890.000,00) foi



decorrente da abertura de Crédito Suplementar (Decreto nº 48.962, de 17 de abril de 2020). Os recursos para abertura deste crédito adicional foram provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Previsão Atualizada	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receitas Correntes	7.827.100,00	11.685.200,00	-33,02%
Receita Patrimonial	5.820.100,00	10.569.000,00	-44,93%
Receita de Serviços	22.400,00	-	-
Outras Receitas Correntes	1.984.600,00	1.116.200,00	77,80%
Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL	7.827.100,00	11.685.200,00	-33,02%
Saldo de Exercícios Anteriores	2.890.000,00	10.900.000,00	-73,49%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.3 - Receita Realizada

As receitas realizadas correspondem às receitas arrecadadas, conforme previsto no art. 35 da Lei 4.320/64¹.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da receita realizada.

Receita Realizada	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receitas Correntes	6.429.926,93	8.728.167,88	-26,33%
Receita Patrimonial	3.231.056,12	6.566.395,49	-50,79%
Receita de Serviços	10.362,50	10.975,00	-5,58%
Outras Receitas Correntes	3.188.508,31	2.150.797,39	48,25%
Receitas de Capital	-	240.833,42	-100,00%
TOTAL	6.429.926,93	8.969.001,30	-28,31%
Saldo de Exercícios Anteriores	2.890.000,00	10.900.000,00	-73,49%

Fonte: Sistema e-Fisco

A Receita Patrimonial é composta, em quase sua totalidade, dos rendimentos das aplicações financeiras em CDB realizadas pelo TCE/PE. Tendo em vista a redução da taxa SELIC, promovida pelo Banco Central do Brasil durante o exercício de 2020, houve também a redução dos rendimentos das aplicações financeiras.

As Outras Receitas Correntes são compostas, em quase sua totalidade, pela arrecadação: a) do recebimento do crédito de convênio de pessoal firmado entre o TCE/PE e Governo do Estado de Pernambuco no valor de R\$ 1.390.025,95; b) das multas aplicadas pelo TCE/PE, que totalizou R\$ 1.795.798,04.

¹ Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas;



3.1.4 - Dotação Inicial

Segundo o MCASP (8ª Edição), a dotação inicial demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nesta coluna permanecem inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da dotação inicial da despesa orçamentária.

Dotação Inicial	01/01/2020	01/01/2019	AH (%)
Despesas Correntes	439.189.900,00	419.685.800,00	4,65%
Pessoal e Encargos Sociais	346.795.000,00	328.588.800,00	5,54%
Outras Despesas Correntes	92.394.900,00	91.097.000,00	1,42%
Despesas de Capital	10.522.100,00	12.460.000,00	-15,55%
Investimentos	10.522.100,00	12.460.000,00	-15,55%
TOTAL	449.712.000,00	432.145.800,00	4,06%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.5 - Dotação Atualizada

A Dotação Atualizada demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos e reabertos durante o exercício.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da dotação atualizada da despesa orçamentária.

Dotação Atualizada	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Despesas Correntes	436.686.646,32	424.826.530,71	2,79%
Pessoal e Encargos Sociais	334.051.746,32	330.083.750,00	1,20%
Outras Despesas Correntes	102.634.900,00	94.742.780,71	8,33%
Despesas de Capital	9.722.100,00	10.119.269,29	-3,92%
Investimentos	9.722.100,00	10.119.269,29	-3,92%
TOTAL	446.408.746,32	434.945.800,00	2,64%

Fonte: Sistema e-Fisco

Foram utilizados recursos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no montante de R\$ 2.890.000,00 (fonte de recursos 0101), para abertura de Créditos Orçamentários Suplementares no exercício de 2020, conforme Decreto nº 48.962, de 17 de abril de 2020.

Ao fim do exercício de 2020, foi aberto um Crédito Adicional Suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado, tendo como fonte a anulação de dotação em favor do TCE-PE, conforme Decreto nº 49.996, de 18 de dezembro de 2020. O montante do Crédito Suplementar foi de R\$ 6.193.253,68.

Portanto, o saldo líquido de ajustes na dotação orçamentária foi de R\$ 3.303.253,68, negativos.

3.1.6 - Despesa Empenhada

De acordo com a Lei 4.320/64, art. 35, II, considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada. A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa realizada.



Despesa Empenhada	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Despesas Correntes	405.040.334,31	413.502.653,86	-2,05%
Pessoal e Encargos Sociais	322.387.920,82	328.799.849,65	-1,95%
Outras Despesas Correntes	82.652.413,49	84.702.804,21	-2,42%
Despesas de Capital	1.661.966,07	6.923.481,32	-76,00%
Investimentos	1.661.966,07	6.923.481,32	-76,00%
TOTAL	406.702.300,38	420.426.135,18	-3,26%

Fonte: Sistema e-Fisco

A baixa execução das Despesas de Capital foi em decorrência do TCE/PE ter adotado um Plano de Contingenciamento de Despesas, através da Portaria Normativa TC nº 95, de 25 de março de 2020. O Plano de Contingenciamento teve como objetivo minimizar as despesas a serem realizadas pelo TCE-PE, em virtude do surto epidemiológico do novo coronavírus (COVID-19).

3.1.7 - Despesa Liquidada

Segundo a Lei 4.320/64, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa liquidada.

Despesa Liquidada	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Despesas Correntes	405.040.334,31	413.502.653,86	-2,05%
Pessoal e Encargos Sociais	322.387.920,82	328.799.849,65	-1,95%
Outras Despesas Correntes	82.652.413,49	84.702.804,21	-2,42%
Despesas de Capital	1.661.966,07	6.923.481,32	-76,00%
Investimentos	1.661.966,07	6.923.481,32	-76,00%
TOTAL	406.702.300,38	420.426.135,18	-3,26%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.8 - Despesa Paga

De acordo com a Lei 4.320/64, o pagamento é o ato pelo qual a Administração, percebendo que o credor faz jus ao recebimento do numerário, o entrega, recebendo a devida quitação.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa paga.

Despesa Paga	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Despesas Correntes	403.151.060,08	412.142.282,96	-2,18%
Pessoal e Encargos Sociais	322.169.926,29	328.579.074,19	-1,95%
Outras Despesas Correntes	80.981.133,79	83.563.208,77	-3,09%



Despesas de Capital	1.661.966,07	6.856.446,47	-75,76%
Investimentos	1.661.966,07	6.856.446,47	-75,76%
TOTAL	404.813.026,15	418.998.729,43	-3,39%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2020, foram inscritos como Restos a Pagar Processados o valor de R\$1.889.274,23.

3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugados como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior, os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro apresentado pelo e-Fisco apresenta os seguintes dados:



BALANÇO FINANCEIRO			
ORGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
EXERCÍCIO : 2020	PERÍODO(MÊS) : Dezembro	Emitido em : 29/01/2021	Data realização : 29/01/2021
			Página 1 / 1
	INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		6.429.926,93	8.969.001,60
Ordinária		4.024.867,91	5.306.008,81
Vinculada		2.405.059,02	3.662.992,79
Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE		2.405.059,02	3.422.159,55
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos		0,00	240.833,24
Transferências Financeiras Recebidas (II)		441.884.900,04	420.476.799,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		441.884.900,04	420.476.799,88
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.203.348.135,17	1.236.885.910,06
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.889.274,23	1.427.405,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		278.415.791,07	265.124.051,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários		923.043.069,87	970.334.453,05
Saldo do Exercício Anterior (IV)		91.310.093,43	113.556.325,04
Caixa e Equivalentes de Caixa		91.310.093,43	113.556.325,04
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		1.742.973.055,57	1.779.888.036,95
	DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VI)		406.702.300,38	420.426.135,18
Ordinária		406.702.300,38	420.426.135,18
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		6.193.253,68	8.100.000,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		6.193.253,68	8.100.000,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.187.467.674,55	1.260.051.808,34
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.427.405,75	2.058.706,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		262.997.198,93	287.658.648,86
Outros Pagamentos Extraorçamentários		923.043.069,87	970.334.453,05
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		142.609.826,96	91.310.093,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		142.609.826,96	91.310.093,43
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		1.742.973.055,57	1.779.888.036,95

Desta forma, considerando a existência de lançamentos nas contas de controle, os quais ocasionam distorções no saldos das contas contábeis, foram realizados os ajustes contábeis necessários para atender ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª Edição), produzindo como resultado o Balanço Financeiro Ajustado que se encontra anexo a presente Prestação de Contas, o qual será analisado nos itens a seguir.

3.2.1 - Receita Orçamentária

A seguir é demonstrado o detalhamento da receita orçamentária.

Documento Assinado Digitalmente por JIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANTONIO RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA. Acesse em: https://pccpe.cce.br/epj/Portal/Doc/seam/Código.do.documento:3fca17465d8214583167a7065300614



3.2.2 - Transferências Financeiras Recebidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. A seguir são apresentadas as transferências financeiras recebidas, através de repasses dos Duodécimos:

Duodécimo Previsto (LOA) x Recebido			
Mês	Duodécimo Previsto (I)	Duodécimo Recebido (II)	Recebido / Previsto
Janeiro	36.823.741,67	36.823.741,67	100,00%
Fevereiro	36.823.741,67	36.823.741,67	100,00%
Março	36.823.741,67	34.614.317,17	94,00%
Abril	36.823.741,67	34.246.079,75	93,00%
Maiο	36.823.741,67	33.951.489,82	92,20%
Junho	36.823.741,67	33.951.489,82	92,20%
Julho	36.823.741,67	36.823.741,67	100,00%
Agosto	36.823.741,67	36.823.741,67	100,00%
Setembro	36.823.741,67	36.823.741,67	100,00%
Outubro	36.823.741,67	40.334.271,71	109,53%
Novembro	36.823.741,67	40.334.271,71	109,53%
Dezembro	36.823.741,67	40.334.271,71	109,53%
TOTAL	441.884.900,00	441.884.900,04	100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus (SARS-CoV-2), COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia.

Os primeiros casos em Pernambuco foram registrados no dia 12 de março de 2020. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

Verifica-se uma diminuição nos repasses dos duodécimos nos meses de março (6%), abril (7%), maio e junho (7,8%) devido à pandemia da COVID-19, conforme o Decreto Nº 48.959, de 17 de abril de 2020. Nos meses de julho a setembro o repasse foi realizado conforme o previsto inicialmente. Já nos meses de outubro a dezembro, houve um repasse a maior em 9,53% com a finalidade de repor as diminuições realizadas nos meses de março a junho.

3.2.3 - Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extraorçamentários são compostos pelos restos a pagar inscritos no exercício e pelos recebimentos dos depósitos restituíveis e valores vinculados.

De acordo com a Lei 4.320/64, os restos a pagar inscritos no exercício financeiro serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária. A seguir é apresentado o montante de Restos a Pagar inscritos no exercício.

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE RICARDO BATISTA DE FRANCO DE SILVA
Assinado em: 2020/03/11 10:00:00
URL do documento: https://e-icepe.ce.br/epp/validaDoc.seam?codigo=3fca1746-5db2-48e2-816b-edd8c32b6ca4



Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	Executado	
1111 - Controle Externo da Aplicação dos Recursos Públicos	246.771.746,32	241.667.756,18	97,9%
1109 - Contribuições Patronais do TCE-PE ao FUNAFIN	67.840.000,00	66.384.495,24	97,8%
4411 - Gestão das Atividades do TCE-PE	75.393.700,00	55.133.703,21	73,1%
1405 - Concessão de Benefícios para os Membros e Servidores	25.250.000,00	24.257.037,63	96,0%
2799 - Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação	24.431.300,00	18.571.049,48	76,0%
2741 - Comunicação Institucional do TCE-PE	642.400,00	333.199,26	51,8%
4034 - Conservação Patrimonial do TCE-PE	5.878.600,00	172.529,08	2,9%
2532 - Contribuições Patronais ao SASSEPE pelo TCE-PE	200.000,00	182.530,30	91,2%
3230 - Encargos Gerais do TCE-PE	1.000,00	0,00	0,0%
TOTAL	446.408.746,32	406.702.300,38	91,1%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.2.5 - Transferências Financeiras Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Transferências Financeiras Concedidas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Repasso Financeiro Concedido	6.193.253,68	8.100.000,00	-23,54%
TOTAL	6.193.253,68	8.100.000,00	-23,54%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2020 houve um repasse ao Governo do Estado de R\$ 6.193.253,68, fruto de negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento de servidores cedidos pelo TCE ao Poder Executivo Estadual, e ajustes ao orçamento de 2021. Em 2019 também houve esse repasse com a mesma finalidade, só que naquele exercício o montante foi de R\$ 8.100.000,00.

3.2.6 - Pagamentos Extraorçamentários

Os Pagamentos Extraorçamentários são compostos pelo pagamento dos restos a pagar e pelos pagamentos dos depósitos restituíveis e valores vinculados.

Em relação aos pagamentos dos restos a pagar, historicamente o TCE/PE paga todos os restos a pagar do exercício anterior no exercício atual. A seguir é apresentado o montante de Restos a Pagar que foram pagos no exercício.

Pagamento de Restos a Pagar	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Restos a Pagar Processados	1.427.405,75	2.058.706,43	-30,66%
TOTAL	1.427.405,75	2.058.706,43	-30,66%

Fonte: Sistema e-Fisco

Em relação aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, estes são constituídos, em sua maioria, pelas retenções de consignações em folha e FUNAFIN e depósitos diversos. Abaixo é demonstrado o detalhamento dos depósitos restituíveis.

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELLO JUNIOR, ANDRE RICARDO BASTO DE BARROS E SILVA
Assinatura: 69ps17e.iceal746-5db2-48e2-816b-eddb8c52b0614



A variação positiva no total das disponibilidade teve como principal causa o contingenciamento de despesas realizado pelo TCE/PE, devido ao surto epidemiológico do novo coronavírus (COVID19). No Plano de Contingenciamento, aprovado pela Portaria Normativa TC nº 95 de 23 de março de 2020, estabeleceu-se a proibição de: a) contratações ou aditamento contratual, bem como execução de serviços que não fossem imprescindíveis para o funcionamento do TCEPE; b) gozo de férias com pagamento de abono pecuniário. Houve o contingenciamento na aquisição e na utilização de materiais de almoxarifado e no consumo de energia elétrica, água e combustível. O Plano de Contingenciamento estabeleceu também a suspensão de: a) reajustes salariais; b) nomeação de novos servidores; c) contratação de novos terceirizados e estagiários; d) pagamento de diárias e passagens aéreas, salvo em situações excepcionais; entre outras medidas, a fim de reduzir os desembolsos realizados pelo TCEPE.

Cumprido destacar que, no final do exercício de 2019, houve o pagamento antecipado de alguns tributos, afetando negativamente a disponibilidade naquele exercício. Despesas que apenas seriam pagas no início de 2020, tiveram seu pagamento antecipado para o fim de 2019, como foram os casos: a) do Imposto de Renda dos servidores ativos e inativos da folha de pagamento de dezembro e 13º, no valor de R\$ 11.242.365,37; e b) do repasse ao FUNAFIN do mês de dezembro e 13º, no valor de R\$ 3.560.414,47.

3.3.1.2 - Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE-PE, valores a serem ressarcidos por outras Instituições Públicas em decorrência da cessação de pessoal, e dos créditos a receber resultantes de imputação de multas a gestores públicos. A respectiva estimativa de perdas.

A seguir, demonstramos o quadro com os créditos a receber a curto prazo:

Créditos a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Adiantamento de 13º Salário	56.392,36	56.457,18	-0,11%
Adiantamento Férias (F)	2.558.858,01	2.870.576,67	-10,86%
Créditos - Imputação de Multas (P)	40.816.787,58	38.238.536,99	6,74%
Estimativa de Perdas - Créd. Imputação Multas (P)	-27.895.461,41	-26.990.055,39	3,35%
Convênio de Cessão de Pessoal (F)	11.391.928,47	10.410.612,03	9,43%
Convênio de Cessão de Pessoal (P)	3.014.792,85	2.724.261,13	10,66%
Dividendos a Receber (P)	1.970,75	0,00	-
Outros Adiantamentos (F)	2.249,02	2.116,76	6,25%
Suprimento de Fundos (P)	5.999,38	4.698,88	27,68%
TOTAL	29.953.517,01	27.317.204,25	9,65%

Fonte: Sistema e-Fisco

Os Créditos de Imputação de Multas referem-se às multas aplicadas pelo TCE/PE nos jurisdicionados.

A Estimativa de Perdas - Créditos Imputação Multas é calculada com base nas informações prestadas pelo Sistema de Controle de Débitos e Multas (CDM), que adota os seguintes critérios para estimar as perdas:



Prazo de Vencimento	Estimativa de Perda (%)
Créditos a receber vencidos há mais de 360 dias	100%
Créditos a receber vencidos entre 180 e 360 dias	50%
Créditos a receber vencidos com menos de 180 dias	20%
Crédito a vencer	10%

Fonte: Sistema CDM.

Os créditos de Convênio de Cessão de Pessoal (F) referem-se aos vencimentos e auxílios pagos aos servidores cedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A seguir é apresentada a posição detalhada por ente:

Vencimentos e Auxílios (F)			
Entes	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Governo do Estado	5.201.633,89	5.535.035,06	-6,02%
Prefeitura Municipal do Recife	5.966.135,37	4.651.417,76	28,26%
Prefeitura Municipal do Paulista	224.159,21	224.159,21	0,00%
TOTAL	11.391.928,47	10.410.612,03	9,43%

Fonte: Sistema e-Fisco

Os créditos de Convênio de Cessão de Pessoal (P) referem-se à contribuição patronal dos servidores cedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A seguir é apresentada a posição detalhada por ente:

Contribuição Patronal (P)			
Entes	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Governo do Estado	1.325.815,59	1.391.817,88	-4,74%
Prefeitura Municipal do Recife	1.629.399,30	1.272.865,29	28,01%
Prefeitura Municipal do Paulista	59.577,96	59.577,96	0,00%
TOTAL	3.014.792,85	2.724.261,13	10,66%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.1.3 - Estoques

Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado das aquisições, em conformidade com a Lei 4.320/64³. o inciso III do artigo 106 da Lei 4320/64. O saldo desta conta é o seguinte:

Estoques	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Almoxarifado	428.584,70	479.937,22	-10,70%

Fonte: Sistema e-Fisco

É oportuno considerar alguns aspectos relacionados à composição desse saldo, conforme detalhamento abaixo:

- O ASI - Solução Integrada de Administração é o sistema utilizado pelo TCE-PE para o acompanhamento dos estoques. Há situações neste sistema que não permitem uma adequada compatibilização com o saldo obtido no sistema e-Fisco, tais como:

³ Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes: III - os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.



- Existência de itens controlados pelo ASI que se referem a contratos com empresas fornecedoras de impressoras e dos respectivos insumos necessários cujos estoques em nosso poder são a elas pertencentes. Esta situação acarreta distorções na totalização dos relatórios de movimentação de almoxarifado, emitidos pelo ASI, embora atualmente estas movimentações sejam controladas em conta específica, havendo apenas a necessidade de excluí-las do total geral do almoxarifado.
- b) Houve a realização do inventário físico restrito aos itens do almoxarifado central na data de 31/12/2020.

Diante das considerações supracitadas, os saldos finais em 31/12/2020 foram os seguintes:

Descrição	Valor (R\$)
Inventário Físico (Almoxarifado Central) realizado em 31/12/2020	427.324,70
(+) Entradas no E-Fisco não Registradas no ASI	1.260,00
Valor do Almoxarifado conforme e-Fisco	428.584,70

Fonte: Sistemas ASI e e-Fisco

3.3.1.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

VPD Pagas Antecipadamente	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	8.380,13	5.525,89	51,65%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	11.705,58	39.859,48	-70,63%
TOTAL	20.085,71	45.385,37	-55,74%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.2 - Ativo Não Circulante

3.3.2.1 - Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Os investimentos realizados pelo TCE/PE são avaliados pelo custo de aquisição.

O saldo do investimento é composto por 208 (duzentos e oito) Ações Ordinárias da Telefônica Brasil S/A e 187 (cento e oitenta e sete) Ações Ordinárias da TIM S/A. O Banco Bradesco é a Instituição Financeira Depositária das ações. A participação nessas empresas (Telefônica e TIM) refere-se à antiga participação na empresa de Telecomunicações de Pernambuco S/A - TELPE.

Investimentos	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Participações em Empresas Integralizadas	19.884,10	19.884,10	0,00%
TOTAL	19.884,10	19.884,10	0,00%

Fonte: Sistema e-Fisco

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
 Acesso em: https://e-fisco.pe.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento=3fca9465db248e2816b-edd8c32b6e14



Durante o exercício de 2020, a TIM/SA reconheceu juros sobre o capital próprio em favor do TCE/PE, no valor líquido de R\$ 32,83. Já a Telefônica Brasil S/A reconheceu dividendos em favor do TCE/PE no valor de R\$ 266,30.

3.3.2.2 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado é definido como o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, cuja utilização se dará por mais de um período.

3.3.2.2.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Os Bens Móveis do TCE-PE em 31/12/2020 são compostos da seguinte forma:

Imobilizado - Bens Móveis	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.140.399,23	3.077.476,67	2,04%
Bens de Informática	12.560.591,52	12.594.125,64	-0,27%
Móveis e Utensílios (a)	6.185.937,19	6.117.487,18	1,12%
Materiais Culturais, Educ. e de Comunicação (b)	755.273,12	736.410,66	2,56%
Veículos	3.156.166,55	3.156.166,55	0,00%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-18.280.483,69	-15.998.292,90	14,27%
TOTAL	7.517.883,92	9.683.373,80	-22,36%

Fonte: Sistema e-Fisco

- (a) No final do exercício de 2020, houve a aquisição de gaveteiros e mesas, no valor de R\$ 45.450,00, que foram registradas tempestivamente no Sistema e-Fisco, mas a entrada no Sistema ASI ocorreu apenas em janeiro de 2021.
- (b) Essa conta controla em sua preponderância o acervo da biblioteca. O TCE-PE utiliza o Sistema Pergamum para controle patrimonial de seu acervo, no entanto ainda está em desenvolvimento a implantação do módulo financeiro, motivo pelo qual não foi realizado lançamento de reconhecimento da depreciação no corrente ano.

A tabela abaixo detalha a depreciação acumulada de cada bem.

Bens Móveis - Depreciação Acumulada	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.227.939,43	1.995.165,43	11,67%
Bens de Informática	9.088.666,25	7.657.714,72	18,69%
Móveis e Utensílios	5.133.002,19	4.912.798,61	4,48%
Veículos	1.830.875,82	1.432.614,14	27,80%
TOTAL	18.280.483,69	15.998.292,90	14,27%

Fonte: Sistema e-Fisco



3.3.2.2.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Os bens imóveis do TCE-PE em 31/12/2020 são compostos da seguinte forma:

Imobilizado - Bens Imóveis	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Edificações em Geral	90.243.895,43	90.259.670,50	-0,02%
Terrenos sem Edificações	4.610.000,00	4.610.000,00	0,00%
Bens Imóveis - Obras em Andamento	15.588.028,53	15.588.028,53	0,00%
Instalações	362.640,29	546.880,29	-33,69%
Instalações em Andamento	162.399,76	162.399,76	0,00%
(-) Depreciação Acumulada	-5.700.520,64	-5.352.242,74	6,52%
TOTAL	105.266.443,37	105.814.736,34	-0,52%

Fonte: Sistema e-Fisco

Inicialmente, cumpre destacar que foram feitos ajustes nos anexos VIII e IX da Prestação de Contas de 2019, razão pela qual o valor correto para a soma Edificações + Terrenos é de R\$ 94.853.895,43.

A diminuição do saldo da conta Instalações deve-se a um procedimento de reclassificação, em parte de seu saldo (R\$ 184.240,00) foi transferido para a conta Edificações em Geral.

O saldo da conta de depreciação acumulada de bens imóveis corresponde aos registros relativos a 12 imóveis de propriedade do TCE-PE. O saldo atual reflete o adequado enquadramento das premissas utilizadas nos laudos de reavaliação, com base na tabela de ROSS-HEIDECKE, que sinaliza o cálculo de depreciação registrado pelo TCE-PE, considerando-se os fatores correspondentes ao tempo de vida útil e estado de conservação de cada um destes bens.

3.3.2.3 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares.

Os bens intangíveis do TCE-PE em 31/12/2020 são compostos da seguinte forma:

Intangível	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Softwares em Uso	4.747.234,03	3.480.248,24	36,41%
Softwares em Desenvolvimento	1.608.992,44	1.585.539,01	1,48%
(-) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis	-3.071.038,79	-2.457.541,36	24,96%
TOTAL	3.285.187,68	2.608.245,89	25,95%

Fonte: Sistema e-Fisco

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil de cada software adquirido ou desenvolvido. Todos os ativos intangíveis do TCE/PE têm vida útil definida. O lançamento de amortização é realizado no fim do exercício financeiro.

3.3.3 - Passivo Circulante

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;



3.3.3.4 - Provisões a Curto Prazo

As Provisões a Curto Prazo do TCE/PE correspondem a uma estimativa de gozo de Licença Prêmio no próximo exercício financeiro.

Os Provisões de Curto Prazo do TCE-PE em 31/12/2020 são compostos da seguinte forma:

Provisões de Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Provisão Licença Prêmio	8.509.973,49	0,00	-
Provisão de Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio	2.879.157,45	0,00	-
TOTAL	11.389.130,94	0,00	-

Fonte: Sistema e-Fisco

A estimativa de gozo para o próximo exercício financeiro foi feita com base na média dos três últimos exercícios. A média de gozo foi calculada em termos percentuais.

A Tabela 01 apresenta o cálculo da média.

Tabela 01 - Cálculo da Média de Gozo de Licença Prêmio e Encargos (FUNAFIN)

	Valor Gozado (a)	Saldo - LP Gozo (b)	Saldo - LP Pecúnia (c)	Soma (d) = (b + c)	FUNAFIN S/ LP (e)	(%) Gozado (f) = (a/d)
2017		125.702.995,97	10.055.827,90	135.758.823,87	45.013.787,48	
2018	7.661.633,16	134.552.691,08	10.313.264,97	144.865.956,05	47.455.447,24	5,64%
2019	11.155.675,28	136.380.520,50	8.927.608,87	145.308.129,37	50.447.120,28	7,00%
2020	3.968.834,78	149.746.019,90	9.065.863,82	158.811.883,72	53.730.416,30	7,33%
					Média (g) -->	5,36%

Fonte: Business Intelligence da Folha de Pagamento e Sistema de Provisões Contábeis.

Onde:

(a) = Valor gozado pelos servidores durante o exercício.

(b) = Saldo em 31 de dezembro da Licença Prêmio para gozo oportuno.

(c) = Saldo em 31 de dezembro da Licença Prêmio para gozo ou conversão em pecúnia.

(d) = Soma de (b) e (c).

(e) = Saldo em 31 de dezembro do Encargo Patronal ao RPPS sobre Licença Prêmio.

(f) = Coluna que demonstra o quanto, em termos percentuais, foi gozado de licença prêmio (a) tendo como base o saldo da licença no fim do exercício anterior (d). Em 2018, por exemplo, foi gozado R\$ 7.661.633,16 do saldo que existia em 31/12/2017, que era de R\$ 135.758.823,87. Isso representa 5,64% (f) - (7.661.633,16 / 135.758.823,87).

(g) = Cálculo da média do percentual de gozo por ano, tendo como base os três exercícios anteriores.

Tendo encontrado o valor médio de 5,36%, foi utilizado esse percentual para determinar o valor da Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro.

A Tabela 02 apresenta o cálculo da estimativa de Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante) e nos exercícios posteriores (Passivo Não Circulante).



Tabela 02 - Segregação Passivo Circulante x Não Circulante (Licença Prêmio)

Total do Saldo de Licença Prêmio (a)	158.811.883,72
Média de Gozo (b)	5,36%
Licença Prêmio - Passivo Circulante (c) = (a*b)	8.509.973,49
Licença Prêmio - Passivo Não Circulante (d) = (a-c)	150.301.910,23

Onde:

(a) = Saldo em 31 de dezembro de 2020 da Licença Prêmio para gozo ou conversão em pecúnia.

(b) = Média de gozo de Licença Prêmio, conforme calculada na Tabela 01.

(c) = Valor estimado da Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante).

(d) = Valor estimado da Licença Prêmio que será gozada após o próximo exercício financeiro (Passivo Não Circulante).

A Tabela 03 apresenta o cálculo para os Encargos Patronais (FUNAFIN) s/ Licença Prêmio.

Tabela 03 - Segregação Passivo Circulante x Não Circulante (Encargos Patronais s/ Licença Prêmio)

Total do Saldo de Encargos Patronais (FUNAFIN) s/ LP (a)	53.730.416,30
Média de Gozo (b)	5,36%
FUNAFIN s/ LP - Passivo Circulante (c) = (a*b)	2.879.157,45
FUNAFIN s/ LP - Passivo Não Circulante (d) = (a-c)	50.851.258,859

Onde:

(a) = Saldo em 31 de dezembro de 2020 dos Encargos Patronais (FUNAFIN) sobre Licença Prêmio.

(b) = Média de gozo de Licença Prêmio, conforme calculada na Tabela 01.

(c) = Valor estimado do Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante).

(d) = Valor estimado do Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio que será gozada após o próximo exercício financeiro (Passivo Não Circulante).

3.3.3.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Correspondem às seguintes obrigações decorrentes de retenções feitas pelo TCE-PE junto à Folha de Pagamento dos servidores e de pagamentos de fornecedores:

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Consignações sobre Folha	1.280.319,67	1.104.743,77	15,89%
Retenções de Tributos (INSS, IR e ISS)	11.804.166,66	483.687,20	2340,45%
Depósitos e Cauções	242.209,37	217.922,77	11,14%
Contribuições ao FUNAFIN	4.567.915,40	0,00	-
Outras Obrigações de Curto Prazo	6.413,07	6.422,26	-0,14%
TOTAL	17.901.024,17	1.812.776,00	887,49%

Fonte: Sistema e-Fisco

No final do exercício de 2019, houve o pagamento antecipado do Imposto de Renda (Retenções de Tributos) e do repasse ao FUNAFIN (Contribuições ao FUNAFIN), fato que não se repetiu no exercício de 2020.



3.3.4 - Passivo Não Circulante

3.3.4.1 - Provisões a Longo Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio que já completaram o período aquisitivo. Os valores das provisões são obtidos no Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

Provisões de Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Provisão de Licença Prêmio	150.301.910,23	45.744.421,77	228,57%
Provisão de Encargos Patronal s/ RPPS de LP	50.851.258,85	0,00	-
TOTAL	201.153.169,08	45.744.421,77	339,73%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2020, o saldo da Provisão de Licença Prêmio e da Provisão de Encargos Patronal s/ RPPS de Licença Prêmio corresponde ao valor que o servidor irá gozar após o término do próximo exercício, conforme metodologia apresentada no item 3.3.3.4. Em 2020, os valores evidenciados na Provisão de Longo Prazo correspondem às Licenças Prêmio que os servidores já completaram o período aquisitivo.

No exercício de 2019, o saldo apresentado (R\$ 45.744.421,77) correspondia ao montante de Licença Prêmio dos servidores que ainda não tinham completado o período aquisitivo, mas já se reconhecia *pro rata temporis*. Esse saldo, a partir do exercício de 2020, será controlado no Passivo Contingente.

3.3.5 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Integram o patrimônio líquido do TCE/PE: ajustes de avaliação patrimonial, resultado do exercício, resultados acumulados e ajustes de exercícios anteriores.

A composição do Patrimônio Líquido é a seguinte:

Patrimônio Líquido	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	324.194,82	324.194,82	0,00%
Resultado do Exercício	9.570.712,19	2.625.385,86	264,54%
Déficits de Exercícios Anteriores	-51.245.031,34	-58.510.298,59	-12,42%
Ajustes de Exercícios Anteriores	42.554.405,28	4.639.881,39	817,14%
TOTAL	1.204.280,95	-50.920.836,52	102,37%

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação do saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores foi decorrente da mudança de política contábil no tocante ao reconhecimento das provisões com licença-prêmio. A partir do exercício de 2020, o TCE/PE passou a reconhecer no passivo apenas as licenças prêmio que os servidores já completaram o período aquisitivo. No caso em que os servidores ainda não completaram o período aquisitivo, a licença é controlada no Passivo Contingente, não sendo reconhecida no Balanço Patrimonial, mas divulgada em Notas Explicativas. Deste modo, com a adoção desta nova política contábil, o Patrimônio Líquido do TCE passou a ser positivo, refletindo adequadamente a situação patrimonial do Órgão.



3.3.6 - Atos Potenciais

Os atos potenciais compreendem as contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir à afeta-lo.

No exercício de 2020, foram realizados lançamentos de encerramento das contas de controle de direitos contratuais referente aos contratos já executados, conforme orientação contida no IPC 08 Encerramento de Contas Contábeis no PCASP. As baixas totalizaram o montante de R\$ 128.374.020,02.

Também no exercício de 2020, o TCE/PE passou a controlar o montante da Licença Prêmio servidores que ainda não completaram o período aquisitivo (*pro rata temporis*) no Passivo Contingente ao invés de reconhecer no Balanço Patrimonial (Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo).

A composição dos Passivos Contingentes do TCE/PE é a seguinte:

Passivo Contingente	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Licença Prêmio (<i>pro rata temporis</i>)	68.000.293,11	0,00	-
TOTAL	68.000.293,11	0,00	-

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2019, o valor da Licença Prêmio (*pro rata temporis*) era de R\$ 45.744.421,77. No entanto, em 2019, esse valor foi reconhecido no Balanço Patrimonial como Provisões de Longo Prazo ao invés de ser controlado no Passivo Contingente.

As informações a respeito do saldo da Licença Prêmio são fornecidas pelo Sistema de Provisões Contábeis do TCE/PE.

Merece registro também a expressiva baixa no valor do saldo das Obrigações Contratuais, registradas nos atos potenciais passivos, que em função do mecanismo adotado pelo e-fisco, estava acumulando valores de contratos já encerrados. Com este ajuste, o saldo das obrigações contratuais vigentes foi reduzido de R\$ 153.947.213,16 para R\$ 57.420.267,22.

3.3.7 - Superávit Financeiro

O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. O Superávit Financeiro é utilizado como uma das fontes para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2020, o Superávit Financeiro do TCE/PE foi o seguinte:

Superávit Financeiro	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Ativo Financeiro (I)	156.619.254,82	104.649.856,07	49,66%
Passivo Financeiro (II)	19.790.249,19	3.240.123,35	510,79%
Superávit Financeiro (III) = (I) - (II)	136.829.005,63	101.409.732,72	34,93%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2020, não houve reabertura de créditos adicionais.



3.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Os elementos da Demonstração das Variações Patrimoniais são reconhecidos de acordo com o Regime de Competência.

3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa

3.4.1.1 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido.

Exploração de Bens e Serviços	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Serviços do PECONSIG	10.362,50	10.975,00	-5,58%
Aluguéis	0,00	10.440,53	-100,00%
TOTAL	10.362,50	21.415,53	-51,61%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2019, houve o reconhecimento de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de alugueis, que se refere à locação do espaço onde funcionava o Restaurante O Porto - Pró-Dieta Indústria Comércio e Serviços Ltda.-ME. No exercício de 2020, não houve reconhecimento dessa VPA, pois houve a rescisão do contrato com o Restaurante, por conta do fato imprevisível da necessidade do fechamento compulsório do restaurante, em sintonia com as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

3.4.1.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras, em especial os juros auferidos com aplicações financeiras (Rendimento CDB).

VPA' Financeiras	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Remuneração de Depósitos Bancários	3.231.056,12	6.555.954,96	-50,72%
TOTAL	3.231.056,12	6.555.954,96	-50,72%

Fonte: Sistema e-Fisco

Tendo em vista a redução da taxa SELIC, promovida pelo Banco Central do Brasil, houve também a redução dos rendimentos das aplicações financeiras.

3.4.1.3 - Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, em especial o recebimento do duodécimo.

Documento assinado digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE CARLOS DE BARROS E SILVA
Acesse em: https://eicpep/validaDoc.seam?Codigo do documento: 3fca1746-5db2-48e2-84b0-94d85278ca14

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos do duodécimo recebido.



Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE RICARDO PATISTA DE BARROS E SILVA
Acesse em: <https://e-icepe.ic.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3fca1746-5db2-48e2-816b-e183c32b6ca4

Transferências Recebidas	2020	2019	AH (%)
Janeiro	36.823.741,67	35.039.733,33	5,09%
Fevereiro	36.823.741,67	35.039.733,33	5,09%
Março	34.614.317,17	35.039.733,33	-1,21%
Abril	34.246.079,75	35.039.733,33	-2,27%
Maiο	33.951.489,82	35.039.733,33	-3,11%
Junho	33.951.489,82	35.039.733,33	-3,11%
Julho	36.823.741,67	35.039.733,33	5,09%
Agosto	36.823.741,67	35.039.733,33	5,09%
Setembro	36.823.741,67	35.039.733,33	5,09%
Outubro	40.334.271,71	35.039.733,33	15,11%
Novembro	40.334.271,71	35.039.733,33	15,11%
Dezembro	40.334.271,71	35.039.733,33	15,11%
TOTAL	441.884.900,04	420.476.799,96	5,09%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.1.4 - Ganhos com Ativos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com desincorporação de passivos. ¶

Ganhos com Ativos	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Ganhos com Alienação de Bens Móveis	0,00	136.609,15	-100,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	188,25	-100,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	5.480,03	-100,00%
TOTAL	0,00	142.277,43	-100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.1.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, em especial as multas por auto de infração e o ressarcimento de pessoal à disposição.



Outras VPA's	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Dividendos	266,30	0,00	-
Outras Receitas de Valores Mobiliários	32,83	0,00	-
Reversão de Provisões	861.279,49	0,00	-
Reversão de Prov. de Lic. Prêmio e Encargos Vencidos	1.181.125,07	0,00	-
Multas Administrativas	290,08	894,50	-67,57%
Multas por Auto de Infração	4.374.289,83	8.590.777,62	-49,08%
Restituições de Convênios	0,00	1.628,00	-100,00%
Outras Indenizações e Restituições	364,50	0,00	-
Recuperação de Desp. Orçamentárias de Exerc. Anteriores	1.660,10	0,00	-
Ressarcimento de Pessoal à Disposição	1.680.557,67	1.792.205,49	-6,23%
Outras Receitas	128,44	56,02	129,28%
TOTAL	8.099.994,31	10.385.561,63	-22,01%

Fonte: Sistema e-Fisco

As Reversões das Provisões referem-se a ajustes quando o valor registrado no Sistema de Provisões Contábeis é menor do que o reconhecido no Sistema e-Fisco.

As Multas por Auto de Infração referem-se aos valores imputados pelo TCEPE aos servidores jurisdicionados.

O Ressarcimento de Pessoal à disposição refere-se à apropriação das contribuições patronais dos servidores cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife.

3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva

3.4.2.1 - Pessoal e Encargos

A despesa com pessoal e encargos compreende a remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador (patronal), incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público. A partir de agosto de 2020, conforme determinação da Lei Complementar 423/2019 do Estado de Pernambuco, a alíquota de encargos patronais ao FUNAFIN passou a ser de 28% (vinte e oito por cento). Antes a alíquota era de 27% (vinte e sete por cento).

Nos Benefícios a Pessoal estão compreendidas despesas com auxílios e verbas indenizatórias. Já nas Outras VPD - Pessoal e Encargos estão registradas despesas com Provisão de Licença Prêmio e de ressarcimento de pessoal à disposição.

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com pessoal e encargos.

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANTE RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
Acesse em: https://e-icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:99ca1746-5d02-48e2-816e-edd8c32b6ca4



Pessoal e Encargos	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Remuneração a Pessoal	261.895.715,70	262.258.273,00	-0,14%
Encargos Patronais	73.215.142,64	69.210.846,78	5,79%
Benefícios a Pessoal	48.534.495,12	52.531.998,15	-7,61%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	15.319.210,58	1.064.658,74	1338,88%
TOTAL	398.964.564,04	385.065.776,67	3,61%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.2.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com benefícios previdenciários e assistenciais

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Auxílio Funeral	91.322,36	121.928,28	-25,10%
Auxílio Educação	20.290,54	0,00	-
Auxílio Saúde	6.229.149,92	0,00	-
DEA - Outros Benefícios Assistenciais	87,49	0,00	-
TOTAL	6.340.850,31	121.928,28	5100,48%

Fonte: Sistema e-Fisco

O Auxílio Funeral é concedido à família do funcionário falecido correspondente a um mês de vencimento ou provento, de caráter indenizatório. O pagamento é efetuado com base na totalidade dos vencimentos do cargo efetivo e vantagens incorporadas ou dos proventos (Enunciado Administrativo TCE-PE nº 05, de 29 de julho de 2013).

O Auxílio Educação é concedido de acordo com as regras previstas na Portaria Normativa nº 76/2019 do TCE/PE. Segundo essa Portaria, nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o TCE-PE poderá custear até 50% (cinquenta por cento) dos respectivos valores totais.

O Auxílio Saúde é concedido de acordo com as regras previstas na Resolução TC nº 05/2014 do TCE/PE. No exercício de 2020, o auxílio saúde foi registrado no grupo de “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”. Em 2019 o auxílio constava no grupo de “Pessoal e Encargos”.

3.4.2.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A despesa com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da entidade pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos).

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.



Uso de Bens, Serviços e Consumo Cap. Fixo	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Uso de Material de Consumo	1.278.974,80	1.327.733,65	-3,67%
Diárias	316.875,00	1.396.576,00	-77,31%
Serviços - Pessoa Física	14.705,50	31.930,00	-53,94%
Serviços - Pessoa Jurídica	25.114.237,87	28.007.648,80	-10,33%
Depreciação	2.862.974,80	2.857.612,59	0,19%
Amortização de Intangível	613.497,43	546.383,85	12,28%
TOTAL	30.201.265,40	34.167.884,89	-11,61%

Fonte: Sistema e-Fisco

O TCE/PE, alinhado às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho *home office*. Tal medida contribuiu para a diminuição de gastos com diárias.

3.4.2.4 - Transferências e Delegações Concedidas

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com transferências e delegações concedidas.

Transferências Concedidas	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Repasso Financeiro Concedido	6.193.253,68	8.100.000,00	-23,54%
Contribuições a Instituições da União	205.485,00	235.872,00	-12,88%
Contribuições a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos	115.381,83	75.558,81	52,70%
TOTAL	6.514.120,51	8.411.430,81	-22,56%

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2020 houve um repasse ao Governo do Estado de R\$ 6.193.253,68, fruto da negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento de servidores cedidos pelo TCE ao Poder Executivo Estadual, e ajustes ao orçamento de 2021.

Em relação às Contribuições a Instituições da União, no exercício de 2020, foi realizada transferência para Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no valor de R\$ 202.335,00, referente ao Convênio 074/2015, cujo objeto é a criação de um *framework* para evolução do escritório de processos do TCE-PE para apoiar a melhoria e automação de processos de negócio e suporte do Tribunal. Também foi realizada transferência para Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no valor de R\$ 3.150,00, referente ao convênio de cooperação técnica, científica e financeira celebrado com a UFRPE, cujo objeto é a implantação do plano de gestão integrada de resíduos sólidos no TCE/PE.

Em relação às Contribuições a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, os beneficiários foram: Fundação Apolonio Sales de Desenvolvimento Educacional, no montante de R\$ 67.442,00; Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), no montante de R\$ 30.000,00; e Organización Latinoamericana Y Del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), no montante de R\$ 17.939,83.

3.4.2.5 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos.



Outras Desincorporações	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Doação de Bens Móveis	0,00	318,70	-100,00%
Outras Desincorporações	8.944,33	79.084,47	-88,69%
TOTAL	8.944,33	79.403,17	-88,74%

Fonte: Sistema e-Fisco

O valor registrado como perda de ativos no exercício de 2020 (R\$ 8.944,33) refere-se à baixa do valor residual de bens móveis, de acordo com os termos de baixa do Sistema de Controle Patrimonial (ASI).

3.4.2.6 - Tributárias

As despesas tributárias compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

A seguir é apresentado o detalhamento das despesas tributárias.

Tributárias	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Taxa de Limpeza Urbana	127.099,18	126.220,14	0,70%
Taxa de Bombeiro	2.912,76	2.461,82	18,32%
Outras Taxas	1.357,12	86,49	1469,11%
DEA - Outras Taxas	0,00	4.396,47	-100,00%
Contrib. Previdenciárias s/ Serv. Terc.	2.941,10	6.386,00	-53,94%
Seguro DPVAT	283,74	1.053,24	-73,06%
TOTAL	134.593,90	140.604,16	-4,27%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.2.7 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

A seguir é apresentado o detalhamento das outras variações patrimoniais diminutivas.

Outras VPD's	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Prêmios (Exceto Pecúnia)	0,00	525.374,00	-100,00%
VPD de Provisão para Perdas de Créditos	905.406,02	5.972.014,66	-84,84%
DEA - Indenizações e Restituições	0,00	404,14	-100,00%
Ressarcimento de Transporte	198.056,42	469.302,87	-57,80%
Termo de Ajuste de Contas- TAC	314.587,36	0,00	-
Outras Indenizações e Restituições	73.212,49	2.500,00	2828,50%
TOTAL	1.491.262,29	6.969.595,67	-78,60%

Fonte: Sistema e-Fisco

A VPD de Provisão para Perdas de Créditos refere-se às perdas estimadas com arrecadação das multas imputadas pelo TCE/PE.

A despesa com Ressarcimento de Transporte é uma verba indenizatória do Programa por Quilômetro Rodado (PQR), nos termos da Portaria Normativa 54/2018 do TCE/PE. Em decorrência da pandemia da COVID-19, houve uma redução significativa do valor pago a título de PQR.



A despesa com Termo de Ajuste de Contas - TAC refere-se à liquidação de despesa com telefonia fixa e móvel.

As Outras Indenizações e Restituições ocorridas no exercício de 2020 referem-se ao reembolso em reequilíbrio econômico-financeiro do 5º Termo Aditivo do contrato TC nº 051/2016 e à rescisão consensual desse mesmo contrato.

3.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificações em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. No exercício de 2020, só houve movimentação nos fluxos de caixa operacional e de investimentos.

3.5.1 - Fluxo de Caixa Operacional

A seguir é apresentado um quadro comparativo do Fluxo de Caixa Operacional.

Fluxo de Caixa Operacional	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
INGRESSOS	448.314.826,97	429.204.967,84	4,45%
Receitas Derivadas e Originárias	6.429.926,93	8.728.167,88	-26,33%
Receita Patrimonial	0,00	10.440,53	-100,00%
Receita de Serviços	10.362,50	10.975,00	-5,58%
Remuneração das Disponibilidades	3.231.056,12	6.555.954,96	-50,72%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.188.508,31	2.150.797,39	48,25%
Transferências Correntes Recebidas	441.884.900,04	420.476.799,96	5,09%
Duodécimo	441.884.900,04	420.476.799,96	5,09%
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00	-
DESEMBOLSOS	410.704.684,66	421.867.342,78	-2,65%
Pessoal e Demais Despesas	404.190.564,15	413.455.911,97	-2,24%
Transferências Concedidas	6.514.120,51	8.411.430,81	-22,56%
FC LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	37.610.142,31	7.337.625,06	412,57%

Fonte: Sistema e-Fisco

A diminuição dos ingressos da Remuneração das Disponibilidades deve-se à redução da taxa SELIC nos últimos meses.

As Outras Receitas Derivadas e Originárias referem-se ao recebimento de Créditos de Convênio de Pessoal e a arrecadação de multas aplicadas pelo TCE/PE.

As Transferências Correntes Recebidas referem-se ao repasse do Duodécimo.

Houve redução dos desembolsos com Pessoal e Demais Despesas devido ao Plano de Contingenciamento aprovado pelo TCE/PE (Portaria Normativa nº 95/2020).

Os desembolsos de Transferências Concedidas tiveram como beneficiários entidades públicas ou entidades sem fins lucrativos.



3.5.2 - Fluxo de Caixa de Investimento

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

A seguir é apresentado um quadro comparativo do Fluxo de Caixa de Investimento.

Fluxo de Caixa de Investimento	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
INGRESSOS	0,00	240.833,42	-100,00%
Alienação de Ativo Não Circulante	0,00	240.833,42	-100,00%
DESEMBOLSOS	1.729.000,92	7.290.093,08	-76,28%
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.729.000,92	7.290.093,08	-76,28%
FC LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.729.000,92	-7.049.259,66	-75,47%

Fonte: Sistema e-Fisco

A diminuição do fluxo de aquisição de ativos não circulantes é justificado pelo Plano Contingenciamento de Despesas aprovado pelo TCE/PE através da Portaria Normativa TC nº 95, de 25 de março de 2020.

3.5.3 - Fluxo de Caixa de Financiamento

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Não houve operações, no período, que impactassem o fluxo de caixa de financiamento.

4.0 Encerramento

Finalizados os trabalhos de prestação de contas da Unidade Gestora 2000 – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, exercício financeiro de 2020, é importante destacar que, apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia e com todas as adaptações que se fizeram necessárias a nova realidade, foi possível implantar no DCF a utilização de um Painel de BI com indicadores orçamentários e financeiros do TCE-PE e o desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária, em substituição ao antigo Planorc, os quais serão ferramentas fundamentais nas ações de controle e tomada de decisão.

É o que temos para relatar.

Recife, 10 de fevereiro de 2021.

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
CONTADOR - CRC-PE 16.082/O